

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO
(da Sra. Tabata Amaral)

Requer a convocação do Sr. Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Guedes, para prestar esclarecimentos na Comissão de Educação sobre questões relacionadas ao veto nº 36/2022 e seus impactos para a educação

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no art. 50 da Constituição Federal e no art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja convocado o Senhor Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Educação desta Casa, acerca do veto nº 36/2022- veto parcial ao PLP 18/2022, que dispõe sobre o limite de cobrança do ICMS sobre os combustíveis- e seus graves impactos para a educação.

JUSTIFICAÇÃO

O Congresso Nacional aprovou na semana passada o PLP 18/22, que limita a alíquota do ICMS sobre bens e serviços relacionados a combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo ao piso do imposto estadual. O projeto que altera o Código Tributário Nacional e a Lei Kandir para considerar os serviços e itens como essenciais é uma das principais apostas do governo para tentar conter a disparada da inflação.

O PLP foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (23/6), porém foi vetada a compensação da União a estados e municípios para manter o nível de repasse aos mínimos constitucionais de saúde e educação, incluído o Fundeb.



Segundo especialistas, o impacto da limitação do ICMS no Fundeb- a principal política de financiamento da Educação Básica no país- poderia chegar a R\$ 20 bilhões. A previsão é de que os estados e municípios brasileiros, entes federativos que respondem por quase 80% das matrículas da Educação Básica, terão grandes dificuldades em honrar pagamentos dos profissionais da Educação, promover medidas de recuperação da aprendizagem e combater os atrasos e desigualdades agravados na pandemia.

O direito à educação é um direito fundamental, consagrado pela nossa Constituição, sendo dever do Estado garanti-lo, visando, nas próprias palavras do texto constitucional, assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim sendo, para a sua concretização é necessário que o Estado garanta o investimento público essencial para a execução das políticas públicas educacionais.

Face ao exposto e considerando que o veto contou com o parecer do Ministério da Economia, cabe a esta comissão aprovar o presente requerimento para que o Senhor Paulo Guedes compareça a esta Casa Legislativa para prestar os devidos esclarecimentos com a maior brevidade possível.

Sala das sessões,

Deputada Tabata Amaral (PSB/SP)





Requerimento de Convocação de Ministro de Estado na Comissão (Da Sra. Tabata Amaral)

Requer a convocação do Sr.
Ministro de Estado da Economia, Paulo
Guedes, para prestar esclarecimentos na
Comissão de Educação sobre questões
relacionadas ao veto nº 36/2022 e seus
impactos para a educação

Assinaram eletronicamente o documento CD227507818300, nesta ordem:

- 1 Dep. Tabata Amaral (PSB/SP)
- 2 Dep. Professor Israel Batista (PSB/DF)
- 3 Dep. Felipe Rigoni (UNIÃO/ES)

